

O fracasso do programa da borracha

JOSÉ MATIAS PEREIRA

A história da produção de borracha na Amazônia vem sendo escrita com sangue, suor, lágrimas e consequências. Os desequilíbrios sociais e de renda gerados na região ao longo dessas últimas quinze décadas representam o melhor respaldo para tal afirmativa.

Desde o seu início, a riqueza dos seringueiros e comerciantes sempre contrastou com a pobreza dos soldados da borracha (seringueiros). A economia regional centrada na monocultura da hevea não teve alternativa para superar a crise do começo do século, decorrente da entrada da produção da Malásia no mercado mundial de borracha, em 1912 (é oportuno lembrar que a produção da Malásia, obtida através do plantio racional da seringueira —pelos ingleses—, foi viabilizada a partir do contrabando de sementes de seringueiras colhidas na Amazônia). Os esforços feitos desse período até os meados da década de quarenta (em função das duas grandes guerras mundiais) em nada contribuíram para recolocar a Amazônia na posição econômica alcançada no passado. A economia da área atrofiou de forma violenta até o final dos anos sessenta. A "Operação Amazônia", concebida pelo presidente Castelo Branco, visando reativar e fortalecer os organismos de desenvolvimento regional, como a Sudam, o Basa e a Suframa, começou a mudar o quadro até então existente. A criação da Superintendência da Borracha também ocorreu dentro dessa visão.

Com a instituição do primeiro programa de plantio racional de seringueira (Probor-1), em 1972, teve o início de uma nova tentativa de soerguer a produção da borracha na Amazônia, notadamente nos Estados do Acre, Amazonas, Pará, Rondônia e Mato Grosso. Posteriormente, foram aprovados os Probor-2 (1977) e o Probor-3 (1981), que visavam reduzir a participação da matéria-prima importada no consumo interno e, numa fase seguinte (final da década de noventa), obter a auto-suficiência na produção de látex. Projetou-se naquele período que em 1992 o Brasil estaria produzindo cerca de 181,6 mil toneladas de borracha, para um consumo de 193,7 mil toneladas, o que representaria um atendimento de 93,8% da demanda interna do país.

Ninguém tem dúvidas de que o consumo em 1992 deverá alcançar e até ultrapassar a cifra projetada. A auto-suficiência na produção nacional é que não irá se concretizar, tendo em vista o fracasso desses programas da borracha.

Com base nos depoimentos dos especialistas do Centro de Pesquisa de Seringueiras e Dendê, da Embrapa, na Amazônia Ocidental, cerca de 70% do plantio de seringueira pode ser considerado como perdido. Segundo esses técnicos, o grande problema enfrentado pelos produtores da região reside nas doenças que afetam os seringais localizados na área, em especial o "mal das folhas". Vale ressaltar que está sendo desenvolvida uma nova tecnologia de enxerto de copa que poderá atenuar o quadro de perda existente, caso venha a ser colocada em prática. Por outro lado, a indefinição e o esvaziamento vivido pela Superintendência da Borracha (Sudhevea) vem contribuindo para aumentar os problemas no setor.

Feitas essas observações, parece-me oportuno registrar que a forma precipitada e superdimensionada na implementação dos citados programas da borracha na região se apresentam como a explicação mais plausível para justificar o desastre econômico e social do plantio racional de seringueira na Amazônia. A pesquisa veio a reboque dos problemas, e a cultura, por ser de longo prazo, necessitaria de mais tempo para recomendações de clones resistentes às doenças da região. Nada disso foi feito.

Não me parece conveniente, porém, que os produtores e as lideranças da região fiquem numa posição de inércia frente ao problema. É importante que seja redefinida a política de cultura da seringueira para a região, e que os recursos financeiros orientados para o setor sejam aplicados nos seringais que ainda podem ser recuperados, antes que seja tarde demais. É preciso provar, e isso ainda é possível, que a Amazônia não é uma região inadequada para o plantio racional da seringueira.

JOSÉ MATIAS PEREIRA, 35, é economista do Instituto de Planejamento Econômico e Social, mestre em Planejamento Urbano pela Universidade de Brasília (UnB) e especialista em Assuntos Econômicos da Amazônia.